

Cerco contra violência

ED ALVES

Saulo Araújo

Apartir do mês que vem, todos os alunos da rede pública de ensino que cometem atos infracionais serão cadastrados na Secretaria de Educação. Atualmente, os casos de violência dentro do ambiente escolar são registrados somente no livro de ocorrências de cada unidade. Com a implantação do novo sistema, técnicos da secretaria poderão acompanhar à distância tudo o que se passa nos centros de ensino. A medida — polêmica — foi antecipada em primeira mão pelo **Jornal de Brasília**, no último dia 8.

O coordenador do Plano de Convivência Escolar da Secretaria de Educação, Mauro Evangelista, explica que o banco de dados funcionará dentro do Sistema Integrado de Gestão Escolar (Sige), que já existe. A adaptação, segundo ele, não causará ônus aos cofres do Governo do Distrito Federal (GDF), porque o serviço será feito pela empresa contratada que já executa serviços de informática.

De acordo com Evangelista, o banco de dados não irá expor a vida pessoal dos alunos. Ele explicou que o sistema será gerenciado apenas pelos diretores das escolas e alguns técnicos da secretaria, que terão a missão de

avaliar a situação e encaminhar os casos para os órgãos competentes, que podem ser a Vara da Infância e Juventude, os Conselhos Tutelares, ou, dependendo da gravidade da infração, até mesmo as delegacias de polícia. "Não vai constranger ninguém, até porque são poucas as pessoas que terão acesso. A função dos técnicos é analisar o caso e encaminhar para alguma rede de proteção social", tranquilizou.

■ Polêmica

O projeto está na Subsecretaria de Planejamento e Inspeção de Ensino, passando por algumas adaptações. Mês que vem, ele deve entrar em vigor em caráter experimental. A idéia foi importada da França e funciona também no Recife. E divide opiniões dentro da comunidade acadêmica.

A diretora do Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Ramos Mota (nome do docente assassinado em junho último), Márcia Brants, no Lago Oeste, concorda com o controle dos alunos infratores. "Eu aprovo qualquer ação que vise a segurança escolar. Lógico que o diretor tem que ter o bom senso para não sair lançando qualquer coisa no sistema", ponderou. Uma outra docente da escola, que preferiu o anonimato, não concorda com a



■ ESTUDANTES, PROFESSORES E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DISCUTEM A VIOLENCIA NAS ESCOLAS

medida. "Escola não é delegacia. Aluno não pode ter ficha criminal dentro do local onde estuda", criticou.

Ontem à tarde, na escola, uma reunião entre representantes do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF), autoridades da segurança, sociólogos e professores discutiu a implantação de medidas de combate à violência nos centros de ensino do DF. Uma delas é a

criação de um manual de orientação para os gestores de educação. Com ele, professores e diretores saberão como lidar com situações complexas vividas dentro da escola. "Às vezes, o gestor da escola não sabe como proceder em alguns casos. Com essas orientações ele tomará decisões sem medo de errar", destacou a secretária-adjunta de Educação, Eunice de Oliveira Santos.